EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO

AGRO INDUSTRIAL TABU S/A

CNPJ/MF. 09.053.646/0001-01

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, a Diretoria apresenta aos Srs. Acionistas as demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhados do correspondente Parecer dos Auditores Independentes. Na forma de lhibo e Diretoria estará à disposição para atender qualquer pedido de esclarecimento que seja julgado necessário. **A Diretoria**

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explic.	2022	(RS mil) 2021
CIRCULANTE		**66.860**	**80.538**
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.184	7.201
Contas a receber de clientes	5	13.647	29.575
Estoques	6	18.584	22.207
Tributos a recuperar	8	504	195
Impostos a recuperar	7	5.825	1.222
Adiantamentos a fornecedores		1.628	1.628
Despesas antecipadas	9	15.461	15.462
Despesas de exercício seguinte - Entressafra		4.558	4.250
Outras Contas		372	162
NÃO CIRCULANTE		**136.155**	**223.068**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Adiantamentos a Partes Relacionadas	10	73.222	59.349
Depósitos judiciais e compulsórios		1.469	3.093
Créditos de Advo fiscal diferido	11	48.145	64.393
Outros Créditos		224.682	224.682
		141.072	**127.863**
Investimentos		12.089	11.046
Imobilizado	12	82.892	82.320
		95.081	**95.366**
TOTAL DO ATIVO		**302.993**	**304.006**

PASSIVO	Nota Explic.	2022	(RS mil) 2021 (reapresentado)
CIRCULANTE		**114.425**	**107.000**
Fornecedores	13	20.724	14.238
Empresas/Partes Relacionadas	14	36.911	21.934
Obrigações fiscais		2.360	2.284
Obrigações sociais		11.395	10.075
Adiantamentos de clientes		30.727	21.020
Outras Contas a Pagar	16	1.215	2.556
Provisões para perdas	15	11.093	14.893
NÃO CIRCULANTE		**152.981**	**158.677**
Empresas/Partes Relacionadas	14	34.381	44.927
Credores sob contrato	16	1.108	1.108
Parcelamentos fiscais	15	6.163	1.289
Tributos diferidos	18	6.919	7.165
Provisão para contingências	17	2.060	2.267
Transações com Partes Relacionadas	10	10.647	4.718
Outras Contas	19	108.741	97.205
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**35.587**	**37.329**
Capital social	20	21.811	21.811
Reserva de capital		3.889	3.890
Reserva de Reavaliação / Ajuste de Avaliação Patrimonial	21	13.569	14.047
Prejuízos Acumulados	22	(204.02)	(194.325)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**302.993**	**304.006**

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras.)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - (Em milhares de reais)

CONTAS EXPLICITÁVEIS	Capital social	Reserva de Reavaliação / Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de Capital	Incentivo Fiscal SEFAZ	Adiant° Aumento de Capital	Prejuízos acumulados	TOTAL
			RESERVAS DE CAPITAL				(R$ mil)
SALDOS EM 01/01/2021	**171.997**	**2.107**	**14.414**	**3.793**	-	**(218.205)**	**(25.952)**
AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL	39.854						39.854
REALIZAÇÃO RESERVA REAVAL			(801)			784	(18)
REVERSÃO LUCROS DIVERSOS			249				249
RESULTADO DO EXERCÍCIO						23.207	23.207
SALDOS EM 31/12/2021	**211.811**	**2.107**	**14.647**	**3.793**		**(194.325)**	**37.334**
REALIZAÇÃO RESERVA REAVAL			(724)			724	
REVERSÃO TRIBUTOS DIFERIDOS			246				246
RESULTADO DO EXERCÍCIO						(10.481)	(10.481)
SALDOS EM 31/12/2022	**211.811**	**2.107**	**13.569**	**3.793**	-	**(204.025)**	**4.887**

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras.)

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022
Valores Expressos em milhares de Reais – R$, exceto de outra forma indicado.

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL
1.1 Aos Acionistas
A Companhia foi constituída em 9 de dezembro de 1977 sob a forma de sociedade de capital aberto por responsabilidade limitada e está subordinada ao Regulamento do Agro Industrial Tabu Ltda. tendo sido transformada em Sociedade Anônima, com a denominação de Agro Industrial Tabu S.A. ("Companhia") em 10 de dezembro de 2004. Sua sede industrial está localizada na cidade de Capanã, Estado da Paraíba.
A Companhia tem como objeto social a exploração da agroindustrialcomércio e comercialização de diversé de todos os produtos e subprodutos de origem vegetal, explorando industrial, agrícola, comercial e agropecuária, participando em outras sociedades como sócia-quotista ou acionista, e implementação conjunta com outras empresas, podendo importar e exportar quaisquer mercadorias e produtos, a exploração da atividade de geração de energia elétrica na qualidade de autoprodutor e a comercialização de eventuais excedentes de energia não utilizadas para o consumo próprio.
1.2 Continuidade Da Nota Comercial (Cri-Cri)
A administração da Companhia ao longo do exercício de exercício de 2022 entreve atenta às orientações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e aos pareceres de seus auditores independentes. Sem contudo, não atendeu a todas as recomendações, mas tem se mostrado em decisões das expectativas de desapontamento dos investidores e do mercado global.
Embora no contínuo ainda não seja possível prever com certidão a extensão dos impactos e sua duração, a administração entende que até a data de apresentação das demonstrações contábeis não foram identificados efeitos significativos que possam modificar as premissas de negócio da Companhia e a mensuração de seus ativos e passivos correspondentes. A administração da Companhia está monitorando os efeitos macroeconômicos dos mercados. Adicionalmente, também permanecemos vigilantes a todas as novas informações que possam surgir e, consequentemente, adotando sempre as medidas preventivas que forem recomendadas pelas autoridades sanitárias.

NOTA 2. BASE DE PREPARAÇÃO
2.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE
As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, fundamentadas nas Leis das Sociedades por Ações e Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, tendo atendido aos conceitos das Leis das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/76 e as Pronunciamentos introduzidas pelas Leis 11.638/07, 11.941/09 e 12.973/14, bem como as demais Normas, Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis e Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatórios Contábeis, atendendo sempre as melhores práticas e normas específicas aplicáveis.
2.2 BASE DE MENSURAÇÃO E MOEDA FUNCIONAL
Os demonstrativos contábeis foram preparados com base no custo histórico incorrido nas transações, ajustado a valor justo para alguns ativos e passivos, sempre quando aplicável e em conformidade com as normas contábeis vigentes para mensuração dos ativos e passivos. Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em "Reais" (R$) real que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.
2.3 DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO
A Companhia deve divulgar as diversas políticas contábeis adotadas na determinação do valor justo de ativos e passivos financeiros, em não financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros da Companhia pelas suas características apresentam-se de valor justo, devido a natureza de curto prazo e/ou remuneração atrelada a taxas de mercado. Adicionalmente, os ativos e passivos financeiros não relevantes de operações são valores justos devem ser divulgados em notas específicas, para atender os passos específicos.
NOTA 3. DECISÕES DA DIRETORIA PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS
Dentre os principais procedimentos e políticas adotadas para a preparação das demonstrações contábeis destacam-se:
a) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS
A elaboração das demonstrações contábeis requer que a administração efetue as estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam os montantes reportados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de informações adicionais. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente e os efeitos de ajuste para imposto de renda diferido, a avaliação de outros instrumentos financeiros, quando aplicáveis, a liquidação das transações que envolvem estas estimativas podem resultar em valores divergentes dos registrados, devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa e avaliação de transações e outros eventos estimados e correspondentes.
b) TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA
Os ativos e passivos expressos e transações liquidadas em moeda estrangeira foram atualizados a taxa de câmbio no fechamento do balanço.
NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA – INVESTIMENTO DA RECEITA
As receitas, custos e despesas são reconhecidos no período em que ocorrem, sob o regime de competência. A receita de venda de mercadorias é reconhecida quando de competência da obrigação com o cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes que introduziu o conceito à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente e o cliente obtém o controle do mesmo. Os investimentos financeiros de realização.

NOTA 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
Correspondem a saldos em bancos em conta de livre movimentação e as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitos a mudança insignificante de valor.
6) CONTAS A RECEBER DE CLIENTES
Os saldos de faturas de clientes a receber correspondem as vendas no mercado interno e devem ser debitados de uma provisão para perda de valor recuperável quando existir evidência objetiva de risco para não recebimento de quantias devidas e ajustado a avaliação do preço justo pelo prazo de seus créditos de clientes. **Não foram obtidos Ajustes a Valor Presente, devido os valores não ser relevantes.**
7) ESTOQUES
Os estoques de produtos prontos foram avaliados pelo efeito custo médio de produção. Os estoques de insumos foram avaliados pelo custo médio ponderado de compra, que não supera o valor de mercado, líquido de custos de venda e despesas.
8) ATIVO BIOLÓGICO
Os ativos biológicos são representados pelo valor presente de fluxo de caixa líquido estimado para cinco anos, sendo considerado bem com base em critérios por meio da aplicação de premissas estabelecidas para models de fluxos de caixa descontado (Nota 9). Os ativos biológicos devem ser reconhecidos no valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda, quando do momento da colheita. **Não foram obtidos ajustes a valor presente, devido os valores não ser relevantes.**
A quinta de vinhaça do valor justo entre os períodos são reconhecidos no resultado do exercício, nos custos dos produtos vendidos, e quando representam ganho são líquidos dos impostos devidos.
9) IMOBILIZADO
É registrado pelo custo de aquisição ou construção, menos a depreciação acumulada, calculadas por capítulo de bem com base nas taxas percentuais pela legislação do imposto de renda. Evetuam divergências entre as taxas de depreciação fiscal e taxas com base na vida útil econômica, são não contabilizadas relevantes sobre os resultados da Companhia. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil dos bens são capitalizados, enquanto os gastos de manutenção e reparos são lançados como custo no resultado, quando ocorrem.
As Leroman de cana são formadas em ciclos com a realização anual de novos investimentos para a renovação dos plantios ao longo de cada um safra. As Leroman de Cana também são amortizadas/depreciadas em seis anos safras, com base na taxa linear aplicada a taxa de 16,66% ao ano. As formas de cana representam os ativos biológicos de plantas perfuradas formadas nas terras cultivadas, estando classificadas no ativo imobilizado e são avaliadas pelo custo dos custos incorridos histórico, deduzindo das amortizações/depreciações acumuladas.
Os custos de formação de novas plantações/mudas concluídas que não lançadores do que esses ativos possam ter valido desvalorização, comparando o valor recuperável, conforme embolecido no CPC 01 (R3) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.
10) TRIBUTOS DIFERIDOS
Os Ativos Fiscais Diferidos são constituídos com base nos benefícios futuros estimados com a realização do imposto de renda sobre os saldos dos prejuízos fiscais e da base de cálculo negativa da contribuição social, e das diferenças temporárias registradas, sendo quando existe evidência substancial de que essa realização seja provável. A Companhia com base no seu planejamento operacional de resultados futuros tem a expectativa de realização dos créditos tributários diferidos, conforme a Instrução Normativa SRF 1700 fiscal, possibilitando realização dessas ativos fiscais diferidos, em conformidade com o CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro. No Passivo não Circulante são registrados os Tributos Diferidos sobre o saldo de Reserva de Reavaliação/Ajuste de Avaliação Patrimonial Líquido.
g) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
As transações com Partes Relacionadas se referem a saldos de recebíveis dos Ativos e pagáveis dos Passivos, que totam das operações com empresas ligadas, mediante contratos de custo corrente com incidência de encargos financeiros efetuados em condições específicas e de mercado. Os contratos de mútuos estão em processo de atualização.O saldo demonstrado dos saldos de Partes Relacionadas está demonstrado na nota 10.
h) FORNECEDORES
Correspondem às operações de compra a pagar a prazo provenientes das transações de compra contratadas junto a fornecedores diversos para o fornecimento de matérias-primas, insumos, materiais de consumo e serviços prestados. Os valores estão demonstrados pelo valor bruto pelo correspondente ao custo da operação na data que foi efetuada, acrescidos de encargos de atualização quando previsto contratualmente. Não possuem ajuste a valor presente devido os valores não ser relevantes.
i) ADIMPLEMENTO DE FINANCIAMENTOS
Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor contratado, no reconhecimento dos recursos, líquidos dos custos de transações. Em seguida, os empréstimos e financiamentos são apresentados pelo custo amortizado, atualizados no balanço contratual e acrescidos de encargos de juros proporcionais ao período decorrido. As empresistimas contratadas em moeda estrangeira, no momento inicial são registrados em moeda funcional mediante a aplicação da taxa de câmbio à vista, e posteriormente atualizado, mensalmente, sendo as variações cambiais ativas e passivas reconhecidas em resultado do período, no item de receitas e despesas.
m) OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS
Estão demonstrados pelo valor de custo de obrigação na data da operação e atualizados de acordo, balanço, mediante atualização de indexador e acréscimos de encargos e juros quando aplicáveis.
n) PARCELAMENTOS FISCAIS
As dívidas em processo de parcelamentos fiscais advos referentes a Tributos Federais, Estaduais e Municipais provisionadas estão classificadas em passivo circulante ou não circulante, se quais estão atualizados pelos índices oficiais aplicáveis, deduzidos das parcelas pagas e/ou liquidadas.
o) PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS
A provisão para contingências está constituída com base na opinião dos consultores jurídicos e na avaliação dos riscos de perda estimados, que são avaliados em processos conhecidos em transitação na justiça de natureza tributária, trabalhista e cível. As provisões são constituídas nos reconhecidos quando a empresa tem uma obrigação presente legal, menos aquelas não formalizadas, decorrentes de resultados de eventos passados e que provavelmente exigirão a saída de recursos para liquidação da obrigação, sendo mensurável de valor, que possibilitem conta ser cada de recursos para liquidação da obrigação.
p) REMUNERAÇÃO DEFINANTES MAIS BENEFÍCIOS
As Subvenções governamentais são reconhecidas quando há existir certeza de que a Companhia cumprirá as condições e os correspondentes condições serão atendidas e as subvenções serão recebidas. Em caso de ativos através de subvenções do ICMS, aos operações com alcoal para fins combustíveis. O incentivo fiscal se refere aos créditos calculados com base nas saídas para estados, e são reconhecidos como crédito na competição das dedações de Vendas, no longo do período de benefício, de acordo com o regime de competência e de acordo com as vendas, cuja base legal objeto a competência.
q) INSTRUMENTOS FINANCEIROS
Os instrumentos financeiros são derivativos inclusos caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras, financiamentos, parcelamentos fiscais e outras obrigações de curto e longo prazo. Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e posteriormente são mensurados no valor justo, acrescido de eventuais rendimentos ou encargos financeiros contratados, sendo registrados ao resultado dos períodos de acordo com o regime de competência, e deduzidos quando aplicável, de eventuais capacidades de perda quanto ao seu valor recuperável.
r) DEMAIS ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES
São demonstrados por valores conhecidos ou estimados, acrescido, quando aplicável, de encargos financeiros incorridos e variações monetárias incorridas.
NOTA 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
Os saldos de caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados, como segue:

DESCRIÇÃO	2022	2021
Caixas	3	3
Bancos conta corrente	4.182	1.278
Aplicações Financeiras	3.049	5.819
TOTAIS	7.184	**7.201**

NOTA 7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES
Estão apresentadas a valores de realização a receber de clientes, reconhecidos pelo valor nominal, ajustado a valor presente, quando aplicável, deduzidos de estimativas de perdas que julgue ajuste pelo valor presente. O saldo das contas a receber tem a seguinte composição:

Foram promovidas melhorias nas condições de saúde com linhas a segurança no trabalho, atividades laborais e eventos voltados para a saúde e segurança do trabalho.
A adoção de práticas agrícolas voltadas para a metrição e a proteção de plantas como a utilização de fertilizantes e fungicidas garantiram o equilíbrio nutricional e a sanidade das mesmas, respectivamente, resultando em ganhos expressivos nas produtividades agrícola e na qualidade da matéria prima.
A gestão dos processos agrícolas perseguiu continuamente o programa de reconhecimento de área agrícola, buscando a redução de custos e a verticalização da produção, com o máximo de aproveitamento das áreas próprias, a devolução das áreas arrendadas de terceiros custos e a manutenção e o reforma dos canaviais no ano 17% da área total colhida anualmente, proporcionando a redução da idade média, aumento de produtividade e consequentemente de produção.
Foram promovidas melhorias nas condições de colheira que proporcionam ao bem estar do colhedor e a redução do tempo de colheira e do tempo de colheira e do tempo de colheira e